



Luis Tajés

Ulysses (ao lado de Cabral, na mesa da Constituinte) compara autoritarismo a um monstro

Monstro morreu. Falta removê-lo, diz Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"É mais fácil matar um monstro do que remover seus escombros, suas ruínas. O monstro do autoritarismo já foi morto mas os escombros e as ruínas estão aí para serem removidos em todos os sentidos." O desabafo foi feito ontem pelo presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, ao analisar a situação do País. Ele lembrou que muitas das dificuldades enfrentadas hoje foram agravadas pela morte de Tancredo Neves, pois todas as projeções políticas previstas para o Brasil haviam sido feitas pressupondo-se sua liderança política. Ulysses reconheceu, entretanto, que o presidente Sarney tem-se esforçado para superar os problemas.

Ainda ontem, Ulysses defendeu uma melhor distribuição de recursos arrecadados pela União com os impostos. "Como estava é que não podia continuar", afirmou, acrescentando que "os municípios vivem mendigando, todos de pires na mão. Isso não é mais possível".

AUSÊNCIA

Na opinião do presidente da Constituinte, que marcou para a próxima quinta-feira às 19 horas uma sessão em homenagem ao terceiro aniversário da morte de Tancredo Neves, esses três anos têm sido muito difíceis para o Brasil, o que já era de se esperar. Para ele, a

primeira causa dessas dificuldades foi a ausência do "grande líder que havia planejado um novo país". Segundo Ulysses, "toda a composição tinha sido feita pressupondo-se a liderança de Tancredo, as concepções políticas dele e até seu passado. Com tantas dificuldades que normalmente surgiram, ainda tivemos essa, adicional".

Para Ulysses, o grande acontecimento do País neste período foi a instalação da Assembleia Nacional Constituinte: "Eu deposito uma grande esperança na Constituinte", disse, definindo-a como progressista, contemporânea, capaz de restaurar a federação e restabelecer a democracia representativa. Segundo Ulysses, não se deve esperar milagres da Constituinte, mas a expectativa é de que "teremos em mãos ferramentas e instrumentos para enfrentar a injustiça social, que é o grande problema brasileiro".

"Eleição não é problema, é solução", afirmou Ulysses, sobre a possibilidade de realização de eleições presidenciais ainda este ano. "A soberania da Constituinte decidirá quando elas serão realizadas", destacou.

PROCESSO LENTO

Os estados e municípios estavam muito prejudicados com a divisão do bolo tributário, disse Ulysses a respeito das modificações no sistema tributário aprovadas pela Constituinte. Para ele, a decisão de redividir as receitas reflete um pro-

cesso lento de negociação que se arrastou desde as subcomissões, comissões temáticas, Sistematização até agora, quando o plenário está votando.

"O governo teve a oportunidade, e não sei se se valeu dela, de participar das negociações com os diversos grupos durante todo esse processo", lembrou, acrescentando: "Recebemos juizes, promotores, pessoas ligadas ao meio ambiente e até autoridades de fora do País que vieram trazer sua contribuição à Constituinte. Portanto, ninguém pode se queixar ou alegar surpresa com os resultados das votações, que estão beneficiando agora os estados e municípios". Ulysses destacou que "todos os deputados, do Norte, do Nordeste e do Sul ao Centro-Oeste estiveram envolvidos nesses entendimentos".

Segundo Ulysses, a parte maior do bolo tributário continua nas mãos da União. O resultado das votações e dos acordos mostra, em sua opinião, que esta foi a forma encontrada para melhorar a situação dos estados e municípios.

"Todos tiveram oportunidade de trazer sua contribuição, inclusive o governo", reafirmou, salientando que foram realizadas inúmeras reuniões para que se conseguissem elementos consensuais tanto na questão tributária quanto na de orçamento. "Tudo foi digerido antes de se chegar a essa fase final, que é o plenário", concluiu.



Luis Tajés

Numa sexta-feira, há quórum no plenário da Constituinte

Estado terá imposto sobre comunicação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir impostos sobre a prestação de serviços de comunicação, segundo o texto aprovado ontem pela Constituinte. Foi rejeitada emenda do deputado César Maia (PDT-RJ) que pretendia atribuir a competência aos municípios. A proposta teve 118 votos favoráveis, 190 contrários e cinco abstenções.

Como não houve emendas ao artigo 181 da emenda constituinte do Centrão, que dispõe sobre a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos — que reproduz o texto do anteprojeto da Comissão de Sistematização —, ficou também aprovada a competência para criação de impostos sobre herança, doação e quaisquer bens ou direitos.

Atualmente os Estados e o Distrito Federal não possuem competência para instituir impostos nesses casos. Estados e municípios poderão também instituir impostos sobre operações de circulação de

mercadoria e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, outra inovação com relação à legislação vigente.

Apesar de ser sexta-feira, quando normalmente a presença de constituintes é reduzida, ontem houve quórum. A sessão começou às 8h30 com apenas dez parlamentares, mas eles chegaram a 313 na hora da votação. O senador Mário Maia (PDT-AC) presidiu os trabalhos. Foram debatidos assuntos variados, desde a construção de estradas em pequenos municípios, a demissão do presidente do IBGE, até o ritmo dos trabalhos da Constituinte. O deputado Messias Soares (PMDB-RJ) considerou-o acelerado e pediu à Mesa que, através da imprensa, comunicasse ao povo que os constituintes estão trabalhando até 12 horas por dia.

Os parlamentares continuaram a ocupar o microfone de apartes com pequenos pronunciamentos, enquanto a Mesa aguardava a chegada do presidente Ulysses Guimarães para a verificação de quórum, o que somente aconteceu às 10h20.

Decisão sobre lucro e capital fica adiada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pequeno número de parlamentares ontem de manhã na Constituinte levou os representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a provocar o encerramento da sessão antes do meio-dia, quando seria votado o parágrafo único do Artigo 181, que estabelece um adicional de 5% ao Imposto de Renda sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, a ser cobrado pelos estados.

Esse adicional, que interessa ao Sul e Sudeste, foi objeto de acordo negociado durante a semana pelas lideranças dos grupos regionais da Constituinte. A bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que soma 292 votos, apoiaria a criação do adicional em troca da autorização, no texto de futura Carta, para que o Senado estabeleça as alíquotas máximas do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por maioria absoluta, em caso de conflito fiscal entre estados — uma reivindicação dos estados mais pobres. Pelo acordo, os dois dispositivos seriam votados em sequência — primeiro o adicional, depois a alíquota máxima.

Mas a bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficou preocupado com o quórum baixo e a consequente possibilidade de que o adicional passasse, mas a alíquota máxima não. Por isso, o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), no encaminhamento da votação de ontem de manhã, sugeriu que o assunto ficasse em suspenso até a semana que vem.

O texto aprovado

Esta é a íntegra do texto aprovado ontem pela Constituinte:

Título VI — Da Tributação e do Orçamento
Capítulo I — do Sistema Tributário Nacional
Seção IV — dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal
Artigo 181 — Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I — Transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;
- II — Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III — Propriedade de veículos automotores.